



Jornal FNE Edição 74 – Jul/08

Nesta edição, Engenheiro traz como grande notícia a criação da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários), que já representa engenheiros, economistas, nutricionistas e agregará muitas outras categorias.

A nova entidade defenderá os interesses desses profissionais e garantirá a participação efetiva das federações ligadas a ela. Também positivo foi o resultado das eleições do Sistema Confea/Creas, realizadas em 4 de junho, que reconduziu à presidência do conselho federal o engenheiro Marcos Túlio de Melo, que se comprometeu a levar a cabo o programa desenhado pela FNE e seus sindicatos filiados.

Em discussão, o projeto da Lei de Responsabilidade Territorial, que propõe novas regras para o parcelamento do solo. Considerado um avanço por buscar a atualização de acordo com o Estatuto das Cidades, o PL recebeu críticas de especialistas por ignorar a questão da gestão metropolitana.

Em entrevista, o consultor do projeto “Cresce Brasil”, Marcos Dantas, fala sobre o Fórum de Mídia Livre, que luta pela democratização da comunicação. Em C&T, o superacelerador de partículas que pretende reproduzir as condições existentes no universo no momento de sua criação.

Cerca de 70 profissionais brasileiros estão engajados no experimento, que também utiliza a engenharia nacional. E mais, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Macapá, capital do Amapá, sofre, assim como todas as regiões metropolitanas do País, de carência de um planejamento urbano capaz de atender às necessidades básicas da população. Na ocupação geográfica da cidade, encontram-se muitas áreas alagáveis denominadas ressacas, cuja função é escoar naturalmente as águas pluviais. Essas concentram em suas bacias uma biodiversidade de suma importância que contribui de maneira significativa para o equilíbrio do clima da região. Entretanto, pela falta de uma política habitacional, a cidade vem sofrendo ao longo de décadas ocupações indevidas nesses locais, motivadas por vários fatores, como a localização próxima a serviços como escolas, bancos, repartições públicas etc.

No ano de 1997, o município, por meio da Sempluma (Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente), promoveu a distribuição de lotes de terras a pessoas carentes. À época, atuando como diretor de Meio Ambiente nessa pasta, pudemos averiguar que o projeto colocava em risco a ressaca existente na área. Assim, a equipe formada por técnicos multidisciplinares começou um estudo para salvar aquela reserva ecológica. Foi efetuado contato com a população residente no entorno e descobriu-se que existia uma cooperativa de agricultores que produziam hortaliças em escala regular. Baseado nessa informação, fez-se valer a Lei do Uso do Solo do município, ancorada por várias resoluções do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente), que proíbe a habitação em locais com tais características.

Finalmente, com o apoio da população, o projeto original foi alterado. Os lotes que ficariam a menos de dez metros do início da ressaca foram retirados, dando lugar a uma rua de 12 metros. Após esse limite, foi construída uma cerca de arame farpado fixada em esteios de madeiras. A ressaca foi distribuída para os agricultores que já a vinham explorando de modo racional. Além disso, esses conseguiram verbas do Ministério do Meio Ambiente para programar o cultivo e aumentar a produtividade.

Após 11 anos, retornamos ao local e verificamos que a atividade continua sob o comando dos mesmos agricultores da época, que seguem preservando a área e conseguindo melhor qualidade de vida para si e seus familiares. Esse bom exemplo vem sendo reproduzido por outras comunidades e dele se conclui que, com pequenas intervenções do poder público, é possível minorar as degradações em áreas urbanas.

Lincoln Silva Américo é presidente do Senge-AP

CRESCER BRASIL

Aprovado por unanimidade na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados ao final de 2007, tramita em caráter terminativo nessa casa o Projeto de Lei de Responsabilidade Territorial Urbana (nº 3.057/2000), apresentado pelo deputado federal Bispo Wanderval (PL-SP). Não obstante tenha sido aperfeiçoado no último relatório, de autoria do também parlamentar Barbosa Neto (PDT-PR), ainda tem pontos que precisam ser melhorados, na opinião de especialistas.

Segundo Celso Carvalho, diretor de assuntos fundiários urbanos do Ministério das Cidades, o projeto em questão dispõe sobre ampla revisão da Lei do Parcelamento do Solo (nº 6.766/79), cuja última atualização foi em 1999. “De forma geral, está defasada face às grandes mudanças na legislação urbanística brasileira, principalmente a que veio com o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que estabeleceu regras para os planos diretores participativos e uma série de instrumentos de regularização fundiária.”

Na avaliação do governo federal, relata ele, o projeto representa avanço ao instituir o conceito de gestão plena. Pela proposta, essa é garantida ao município que tem plano diretor e estrutura administrativa nas áreas urbanística e ambiental, bem como conselhos populares participativos instituídos. Dessa forma, a cidade passaria a ter “autonomia quase total para definir as regras ao parcelamento do solo”. Sob sua atribuição, a concessão das licenças ambiental e urbanística seria integrada – hoje a primeira fica a cargo do Estado. Na opinião de Carvalho, além de conferir menor burocracia e maior agilidade ao processo, a mudança leva em conta as realidades locais e “reconhece a competência dos municípios para o desenvolvimento de políticas urbanas”. O diretor do Ministério informa que, mediante a aprovação dessa lei, as regras atuais para licenciamento se mantêm nos casos em que “o impacto ultrapassa os limites do território municipal”.

A despeito disso, a proposta não avança no que tange às regiões metropolitanas. Transformá-las em ente federado e com isso formalizar a coordenação integrada da reorganização urbana das cidades que as compõem é o que defendem os engenheiros em seu projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Lançado em 2006 pela FNE e sindicatos a ela filiados, propõe plataforma nacional de desenvolvimento sustentável com inclusão social. Atualmente, tem se debruçado sobre o tema das regiões metropolitanas. Em documento recém-lançado, intitulado “Cresce Brasil Região Metropolitana de São Paulo” – fruto de seminário realizado pela federação e Seesp na Capital paulista no dia 24 de março último –, a conclusão: “Essa reorganização deve ser orientada por uma agenda comum com base numa visão holística do território metropolitano e na integração dos instrumentos de gestão. Nesse processo, têm papel decisivo e igualitário os municípios, o Estado e a União, sendo imprescindível e inadiável a criação de instrumentos de coordenação metropolitana.” Por essa visão, a proposta de Lei de Responsabilidade Territorial reproduz problema identificado no Estatuto da Cidade, o qual é considerado um avanço, porém não traz o enfoque metropolitano. Limita-se “ao município isoladamente como o lócus da definição da função social da cidade e da propriedade, não enfrentando o tema do planejamento participativo na metrópole”.

Regularização fundiária

Atualmente o Brasil tem cerca de 13 milhões de domicílios urbanos irregulares, estima Carvalho, para quem o objetivo da nova lei é ajudar a resolver esse problema. Tanto que conta com capítulo específico sobre regularização fundiária. Contudo, ele ressalva: “Para que a medida tenha efetividade, é fundamental que o primeiro registro do título em cartório seja gratuito. E o projeto estabelece custas.” Também para Nelson Saule Júnior, doutor em Direito Urbanístico, coordenador da área de Direito à Cidade do Instituto Pólis e do Fórum Nacional de Reforma Urbana, representando essa entidade, deveria se prever a gratuidade no caso dos assentamentos informais de baixa renda. Sem contrapartidas concretas que favoreçam a produção de habitações de interesse social, beneficiam-se as classes média e alta, acredita. Ainda para ele, a nova legislação peca ao não fixar critérios específicos à regularização de favelas consolidadas.

Já o coordenador do Programa de Política e Direito do ISA (Instituto Socioambiental), Raul Silva Telles do Valle, lamenta que a proposta tente apenas atualizar lei antiga, sem definir “novas formas de maior sustentabilidade do espaço urbano”. Saule faz outras críticas: “Alguns pontos dizem respeito a novas modalidades de parcelamento do solo, como condomínios urbanísticos e loteamentos fechados. Com isso, o projeto estabelece bairros que se apropriariam e estariam privatizando áreas da cidade, principalmente de preservação ambiental, as quais deveriam se manter públicas. Está se definindo a possibilidade de implantação de novos parcelamentos e empreendimentos com essas figuras e permitindo que sejam regularizados sem contrapartida de benefícios.” Ele vai além: “A proposta não estabelece regras que fortaleçam o planejamento urbano.” Conseqüentemente, segundo o coordenador do fórum, gera a possibilidade discricionária do uso do território pelo município. Ponto fora da curva ainda, aponta Carvalho, é o conflito com o Código de Defesa do Consumidor, ao impor ônus excessivos a inadimplentes.

ELEIÇÕES

“Uma vitória coletiva de todas as organizações que atuaram na construção dessa campanha e projeto.” Assim, Marcos Túlio de Melo classificou a votação expressiva nas urnas, que lhe garantiu a recondução à presidência do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) por mais três anos a partir de sua posse, em 1º de janeiro de 2009. No pleito – realizado em todo o País no dia 4 de junho último e do qual participaram aproximadamente 67 mil profissionais –, o aval à sua candidatura foi assegurado em 24 dos 27 estados brasileiros, por cerca de 41 mil eleitores.

A FNE e os sindicatos a ela filiados foram parceiros desde o início, como destaca Melo. Com o objetivo de contribuir com as novas gestões e dar sustentação ao diálogo entre as entidades e

instituições que compõem os conselhos, apresentaram propostas ao Sistema durante o VIII Cetic (Congresso Estadual Trabalho-Integração-Compromisso), promovido pelo Seesp, entre os dias 30 de maio e 1º de junho, na cidade paulista de Barra Bonita. O então candidato e agora presidente reeleito do Confea se comprometeu a implementá-las. Incorporaram-nas ao seu programa de trabalho outros vitoriosos que tiveram o apoio das entidades representativas dos engenheiros, como Amarildo Uchôa Pinheiro e João de Deus Oliveira de Azevedo, ambos do Acre – os quais sagraram-se campeões com 63% e 72% dos votos, respectivamente. O primeiro assumirá o comando do Crea (Conselho Regional) no Estado e o segundo, a diretoria regional da Mútua Caixa de Assistência dos Profissionais. Também do Tocantins emplacou candidato apoiado pela FNE, desta vez a conselheiro federal: João Alberto Rodrigues Aragão, presidente licenciado do Seageto. Todos os nomes ainda precisarão ser homologados pela Comissão Eleitoral Federal em 2 de setembro próximo.

Pelo desenvolvimento sustentável

Na Mútua-AC, além do endosso a eventos promovidos pelas entidades que representam os engenheiros, Azevedo inclui entre suas metas duplicar a carteira de associados, atualmente em 400, bem como o valor em benefícios. Para Uchôa, o desafio será resgatar o nome da instituição e seu funcionamento administrativo. “O Crea-AC está desacreditado.” Além disso, buscar a evolução do Sistema, juntamente com o Senge, FNE e associações. E “sempre com parcerias”, pensar o desenvolvimento sustentável do Acre e Brasil. O que vai ao encontro do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado em 2006 pela federação, o qual defende essa plataforma nacional, com inclusão social.

O papel fundamental das áreas tecnológicas para tanto cimentou o programa de gestão ao conselho federal elaborado por Marcos Túlio, garante ele. Desse modo, salienta que sua administração terá como foco contribuição a que o País tenha crescimento com visão de médio e longo prazos, resgatando o planejamento estratégico e a cultura técnica perdidos como consequência de 25 anos de estagnação econômica. Outras bandeiras da FNE, como a valorização profissional, o resgate da engenharia pública brasileira, maior eficiência dos órgãos ligados ao Sistema e a atuação em prol de sua democratização também estão nos planos do presidente reeleito. Para a fiscalização – mais preventiva e educativa –, a pretensão é duplicar o orçamento, saltando dos atuais 20% do total para 40%.

Aragão é outro que se compromete a levar as propostas da federação e sindicatos adiante. Entre as lutas, o respeito ao salário mínimo profissional e a descentralização do atendimento, mediante a instalação de novas inspetorias do Crea. Ele promete ainda maior apoio às entidades de classe no plenário do Confea.

Principais propostas da federação ao Sistema

– Implantar programa de melhoria contínua dos processos praticados pelos Creas e sistema integrado de tecnologia da informação, bem como de gerenciamento eletrônico da documentação existente e gerada no interior do conselho;

- realizar as eleições dos Creas através de votação pela Internet, mantendo-se o sistema de urnas;
- reestruturar o sistema de fiscalização, tendo como foco os diferentes setores da economia, priorizando os empreendimentos de grande porte ou de impacto socioambiental significativo;
- estabelecer políticas de combate ao exercício ilegal da profissão; ao descumprimento do salário mínimo profissional; à ocupação dos cargos e funções técnicas por profissionais não legalmente habilitados; bem como quanto à atuação irregular de estrangeiros no País;
- profissionalizar o sistema de fiscalização, compondo o quadro de fiscais exclusivamente com pessoal habilitado e registrado nos Creas;
- manter permanentemente informadas, de maneira ágil e transparente, as partes interessadas que são afetadas pelas ações dos Creas;
- apoiar ativamente esforços e iniciativas que objetivem o desenvolvimento e a inovação tecnológica brasileira, visando a diminuição das desigualdades regionais, com o pleno desenvolvimento nacional e a promoção da competitividade da empresa brasileira em todos os mercados;
- fortalecer as entidades de classe, como organismos de representação política, através de campanhas institucionais e medidas voltadas para a valorização dos profissionais da área tecnológica, fornecendo apoio para a realização de programas de aperfeiçoamento técnico-cultural e cursos de educação continuada;
- tornar o exercício ilegal da profissão crime contra a sociedade, impulsionando fortemente as iniciativas a respeito que estão em curso, em especial a aprovação urgente do Projeto de Lei 6.699/2002;
- transformar a Comissão de Ética em Tribunal, para julgamento das infrações, mantendo a admissibilidade dos processos pelas câmaras especializadas;
- implantar o voto direto e obrigatório para a eleição dos cargos diretivos dos Creas, tendo todos os mandatos igual duração.

SINDICAL I

Realizado pelo Seesp de 30 de maio a 1º de junho, na cidade de Barra Bonita (SP), o VIII Cetic (Congresso Estadual Trabalho-Integração-Compromisso) reuniu, além de membros do sindicato paulista, dirigentes da FNE e de diversos Senges e teve um grande destaque: o

anúncio, feito pelo secretário Nacional das Relações do Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros Neto, da criação oficial da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). “A aprovação da nossa confederação é um marco. Essa é uma vitória de todos nós”, comemorou o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro. “Recebi um convite quase compulsório para estar aqui e fazer esse comunicado”, declarou Medeiros, lembrando o empenho do dirigente para que a nova entidade recebesse a aprovação do Ministério do Trabalho. “Vocês estão muito bem representados. É uma satisfação estar com pessoas que querem trabalhar e têm vontade”, completou.

Instituída pelas federações dos economistas, nutricionistas e engenheiros, a nova entidade deverá abrigar muitas outras categorias de nível superior. Nasce com o objetivo de aprimorar a luta pelos interesses dos profissionais e garantir a participação efetiva das entidades ligadas a ela para que tenham oportunidade real de atuação em defesa de seus representados.

Medeiros aproveitou ainda a oportunidade para conclamar os participantes a defenderem a Portaria 186, editada em 10 de abril último pelo governo e que torna mais objetivas as regras para registro de entidades. “Era preciso melhorar, deixando claro quais os passos necessários. O objetivo é que sindicatos, federações e confederações sejam representativos, até porque não há democracia sem sindicalismo forte”, afirmou ele. A CNTU, lembrou Medeiros, é a primeira organização a ser instituída seguindo os novos critérios. Ao final de sua fala, os participantes do VIII Cetic aprovaram por aclamação uma moção de apoio à portaria.

Desenvolvimento

O projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” foi o outro grande destaque do evento. O tema foi abordado pelo consultor sindical João Guilherme Vargas Netto em sua palestra, que deu início aos trabalhos no segundo dia do congresso. Destacando a conjuntura positiva e o momento favorável ao movimento sindical, ele comemorou a inserção dos engenheiros nessa dinâmica e o acerto do “Cresce Brasil”.

Vargas Netto lembrou ainda que a expansão proposta pelos engenheiros visa um modelo que não repita os erros do passado. “Agora queremos que isso venha com distribuição de renda, respeito ao meio ambiente, reorganização urbana e democracia”, salientou.

Lançado em 2006, o “Cresce Brasil” parte exatamente dessas premissas, afirmou o coordenador do projeto, Fernando Palmezan Neto, que apresentou um histórico da iniciativa. “Quando começamos, estávamos diante da seguinte situação: crescimento pífio, grande concentração de renda, falta de planejamento e de propostas. Então, pensamos como nós poderíamos interferir positivamente nessa situação”, lembrou. Segundo ele, traçou-se assim o cenário desejado: um crescimento de 6% ao ano. Para tanto, seria necessário investimento produtivo, estatal e privado, de 25% do PIB (Produto Interno Bruto), o que exigiria redução da taxa de juros. O objetivo último seria gerar os postos de trabalho necessários.

Segundo Palmezan, o primeiro sinal de que o “Cresce Brasil” encontrara eco na sociedade foi o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que trouxe inúmeras propostas convergentes com as dos engenheiros. “Nosso próximo passo foi elaborar uma análise comparativa e sugerir aprimoramentos ao plano governamental”, contou. Entre os bons resultados desse esforço, ele contabiliza o lançamento do PAC da C&T e a inclusão da Usina Nuclear Angra 3 no programa.

“Se fizermos um levantamento do que está acontecendo em termos de realização de projetos, o nosso esforço é vitorioso”, corroborou o coordenador técnico do “Cresce Brasil”, Carlos Monte. Ele citou como exemplos as hidrelétricas previstas para o Rio Madeira e os avanços da Petrobras com a descoberta de novos poços, que representam importante contribuição ao setor energético brasileiro.

Na etapa atual, informou Palmezan, o “Cresce Brasil” voltou-se às questões das regiões metropolitanas e já realizou debates em São Paulo, Florianópolis, Palmas, Maceió, Teresina e São Luís.

Outra ação é a implantação de conselhos tecnológicos, formados por representantes dos profissionais e da sociedade civil, do setor produtivo, da academia e dos poderes públicos, que trabalhem para implantar as propostas do “Cresce Brasil” em cada região do País. “Trata-se da formatação de uma aliança com lideranças das cidades”, explicou Allen Habert, que coordena a criação desses fóruns. A idéia é que essas lideranças montem uma agenda para discutir os problemas regionais e buscar soluções a eles, mobilizando a sociedade e persuadindo Executivo e Legislativo a tomar as providências cabíveis. “Cada sindicato da FNE deve lançar o seu conselho”, enfatizou Habert, lembrando que já existem no Piauí, no Acre, em Santa Catarina e em São Paulo.

SINDICAL II

RR

Vitória nas urnas

Com o apoio do Senge-RR e coordenação do seu presidente, Willams Lopes Pereira, o vice-presidente do sindicato, Carlos Roberto Bezerra Calheiros, e o 2º tesoureiro, Edson de Souza Goiana, foram eleitos respectivamente à presidência do Crea-RR (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Roraima) e à diretoria regional da Mútua Caixa de Assistência aos Profissionais. No pleito realizado no dia 4 de junho, o primeiro obteve 226 votos e o segundo, 171. Além disso, Marcos Túlio de Melo, concorrendo à reeleição ao comando do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), conquistou no Estado 280 votos, contra 61 de seu opositor.

SC

Rauen media negociação nos transportes

Pela primeira vez em três anos, os motoristas e cobradores de ônibus da Grande Florianópolis entraram em acordo e não paralisaram seus serviços em busca de reajuste salarial. A solução foi fruto de várias rodadas de negociação entre empresas, trabalhadores e serviço concessionário da Prefeitura de Florianópolis, que resultaram no acordo mediado pelo secretário municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, José Carlos Rauen, escolhido para a tarefa pelo prefeito Dário Berger por presidir o Senge-SC. Após 22 dias de reuniões e aprovação de greve, as categorias decidiram não parar as atividades e aceitar o reajuste salarial de 8% e aumento de R\$ 25,00 no vale-alimentação. Segundo Rauen, a Prefeitura não poderia conceder outro auxílio financeiro devido ao ano eleitoral. “Todos saíram ganhando: os trabalhadores, as empresas e a população, que não sofreu os prejuízos decorrentes de uma paralisação dos transportes”, concluiu.

MA

Odinéa reassume a direção do Senge

A engenheira Maria Odinéa Melo dos Santos Ribeiro reassumiu o comando do Senge-MA no dia 10 de junho, após três meses de licença para disputar a presidência do Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). Na sua avaliação, foi satisfatório o resultado da eleição no dia 4 de junho, pois a diferença de votos registrada na Capital, que representa mais de 80% do eleitorado, foi inferior a 5,6%. Para ela, “os votos obtidos no pleito nos respaldam, como atual conselheira e membro da Câmara de Engenharia Civil em início de mandato, para apresentar propostas que viabilizem uma maior abertura do órgão em busca de uma participação com todas as entidades de classe”.

Perfil e postura profissional

Esse foi o tema da palestra realizada em 6 de junho por Anjelo da Costa Neto, presidente nacional da Mútua Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea, que contou com a presença de 50 estudantes da Ufma (Universidade Federal do Maranhão). Segundo ele, o objetivo foi “identificar os ambientes onde o engenheiro se insere profissionalmente, bem como oferecer uma visão sobre a importância do conhecimento gerado pela educação tecnológica, como indutora do desenvolvimento, e ainda propiciar uma reflexão e discussão sobre esse tema”. A promoção do evento foi do Senge-MA.

AC

Contagem regressiva

Em reunião com a equipe de governo no dia 18 de junho, Sebastião Fonseca, presidente do Senge-AC, e o líder do PT na Assembléia Legislativa do Acre, deputado Taumaturgo Lima, foram informados que a Lei Cartaxo será aprovada antes do recesso parlamentar, que se inicia em 15 de julho. Essa lei vai ao encontro da Lei Federal 4.950-A, que estabelece piso de nove salários mínimos para jornada de oito horas diárias, ao incluir em seu artigo 1º “a gratificação aos profissionais que exerçam atividades de nível superior de engenheiro, arquiteto, tecnólogo, médico veterinário e zootecnista no âmbito do Poder Executivo, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista do Estado do Acre”. A expectativa dos estatutários “é que seja aprovada para que recebam seus vencimentos básicos de acordo com a tabela definida por essa lei, retroativos a 1º de maio”, informa Fonseca.

CE

Em breve, cursos aos filiados

Na busca de qualidade para atender aos anseios dos seus associados engenheiros, arquitetos, agrônomos, geógrafos, geólogos e meteorologistas, o Senge-CE está ampliando os convênios e parcerias com instituições de ensino, promotoras de cursos de extensão, pós-graduação e MBA. “O objetivo é capacitar os profissionais, ampliando suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho”, informou Thereza Neumann S. de Freitas, presidente do Senge. Os associados terão direito a descontos e a participar de sorteio para aquisição de bolsa promocional. Informações pelo telefone (85) 3219-0099 ou e-mail senge-ce@matrix.com.br.

ENTREVISTA

Distribuição mais ampla das verbas públicas destinadas à publicidade, universalização da infraestrutura de comunicação, como a banda larga, e a realização de uma conferência nacional sobre o tema, a exemplo do que ocorre com saúde e educação. Essas são algumas das resoluções do Fórum de Mídia Livre, lançado nos dias 14 e 15 de junho, no Rio de Janeiro, e que reuniu cerca de 300 pessoas, entre profissionais do setor, intelectuais e militantes de movimentos sociais. Participando do processo desde a fase embrionária e integrando o comitê executivo que trabalhará para colocar em prática as decisões tomadas está Marcos Dantas, professor da PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” para o tema “Comunicações”. Em entrevista ao Engenheiro, ele falou sobre a iniciativa e as perspectivas de avanços.

Como surgiu a idéia e quais as propostas do Fórum de Mídia Livre?

Uma reunião feita em São Paulo, no dia 8 de março, juntou umas 50 pessoas da chamada imprensa alternativa, como Revista Fórum, Diplô Brasil, Ciranda da Informação Independente. Foi articulada para descobrir os problemas que essa mídia enfrenta para sobreviver e se difundir, já que há alguns jornais e revistas (como o Brasil de Fato, que tem 300 mil exemplares) com imensa circulação, mas que são desconhecidos. Dali, saiu a necessidade de uma mobilização maior para articular essa imprensa, que inclui os blogs e sites, que transmitem informações e notícias, visões de mundo, que vão além do jornalismo. A partir daí, começou um projeto de mobilização, com reuniões em Salvador, Belo Horizonte, Belém. Finalmente, aconteceu o Fórum no Rio, com 300 pessoas. Entraram em pauta a convocação de uma conferência nacional de comunicação com ampla participação popular e a proposição de uma política para distribuição de verbas públicas, segundo critérios diferentes dos atuais, que são meramente de circulação. A idéia é que devem ser levadas em conta questões como a necessidade de fortalecer a pluralidade de vozes da sociedade brasileira. Outra discussão é a formação dos profissionais, que cada vez mais são orientados basicamente a como segurar o microfone da Globo. Foi consolidado um comitê executivo e votado um manifesto. A idéia agora é divulgar politicamente a iniciativa junto a ministros e parlamentares. Também constituir comitês estaduais que coloquem a iniciativa na rua.

O que há de errado com a chamada grande imprensa?

Hoje, existe uma mídia muito poderosa, que praticamente decreta a agenda do País, mas não raro está descolada da dinâmica real da sociedade brasileira. Se se olha o Brasil pela ótica desses meios, não se vê o Brasil real. Nesse, há crescimento e a vida das pessoas está melhorando. Claro que há coisas erradas e a criticar, mas nem tudo é errado e criticável. Ao mesmo tempo, existe uma dinâmica nova, outros espaços de discussão são criados pelos jornais sindicais, pelos blogs, alguns de jornalistas importantes como Luís Nassif e Paulo Henrique Amorim. Essa outra dinâmica não está muito evidente. Um ponto que complica a emergência dessa nova mídia é o seu baixo nível de profissionalização. Mudar isso exige recurso, daí a reivindicação por distribuição mais ampla das verbas públicas. Tudo bem que o mercado banque o mercado, mas deve haver uma fonte social que apóie a diversificação de vozes, como por exemplo as rádios comunitárias, que durante todo o Governo Lula só foram alvo de repressão.

Se essa tem sido a postura até agora, como será possível sensibilizar o governo?

Isso vai acontecer se houver um movimento social forte nesse sentido, se conseguirmos transformar isso numa mobilização. Enquanto a questão não se impuser, o governo vai continuar ignorando-a. Isso é exatamente o que pode haver de novo nesse fórum. Esse assunto até hoje era conduzido por algumas vanguardas pensantes e ganhou uma nova dinâmica, com mais gente envolvida, não necessariamente só jornalistas, mas várias outras pessoas que hoje fazem mídia. Se isso se confirmar, vamos ter um movimento interessante,

estou muito otimista. Eu, que estou nessa briga há 30 anos, vi uma coisa nova, algo que se pode chamar de mobilização social.

Como se articula essa questão com a necessidade de uma política de comunicações e educação no País?

Tem tudo a ver. Se você tem universalização de banda larga, por exemplo, coloca-se a infraestrutura na mão dos produtores de mídia. Uma das dificuldades é que só 20% da população tem acesso à Internet.

E quanto à TV digital?

A TV digital que está sendo implantada, retrocedendo tudo que o Governo Lula prometia no início, está sendo mais do mesmo. A promessa, em 2003, era uma TV cuja finalidade principal seria a inclusão social e digital. Para isso, precisaria ser interativa e favorecer a multiprogramação. Não está no mercado o conversor inteligente que poderia propiciar essas características. O que nós estamos vendo é a mesma televisão com imagem melhor. Ainda há a perspectiva de que isso ocorra porque continua em discussão o Ginga, o sistema operacional que foi desenvolvido e que, oficialmente, será utilizado. Como na prática nada acontece, há o medo de que na verdade não seja para acontecer. É preciso ficar atento. Uma das mais importantes funções da TV digital seria a universalização da educação a distância, mas nada há nesse sentido. O processo está no começo e ainda dá para reverter. Isso está na pauta do Fórum de Mídia Livre, sem dúvida nenhuma.

C&T

Previsto para começar a operar ainda este mês, o maior acelerador de partículas do mundo, o LHC (Large Hadron Collider) levou mais de 20 anos para ficar pronto, entre planejamento e construção. Localizado na fronteira entre a Suíça e a França, o “Grande Colisor de Hádrons (prótons)”, é uma iniciativa do Cern (Centro Europeu de Pesquisas Nucleares) da Comunidade Econômica Européia com o apoio de outras 85 nações, englobando 8 mil cientistas e engenheiros de 580 institutos e universidades ao redor do mundo, inclusive do Brasil, que tem 70 profissionais envolvidos com o experimento.

Feito de ímãs supercondutores que mantêm as partículas em órbita, o grande objetivo do experimento é recriar e registrar as condições existentes no universo imediatamente após o seu nascimento através de 30 milhões de colisões por segundo, em que os prótons atingirão velocidade bem próxima à da luz (300 mil km/s), como uma pequena fábrica de mini Big Bangs.

Considerado um instrumento indispensável às observações experimentais dos físicos de altas energias, o LHC é um acelerador e colisor de prótons. Sua função é acelerá-los fazendo-os se chocar frontalmente, resultando numa série de novas partículas (cerca de mil a cada vez). O projeto colossal está instalado dentro de um túnel de 27km de circunferência, a cerca de 100m de profundidade.

Controlado por sistemas de computador que vão se comunicar entre si, o LHC será monitorado constantemente pelos cientistas que estão no Cern e remotamente pelos colaboradores que estão em outros lugares do mundo. Parte do experimento será pilotada do Brasil. “Foi feito um amplo desenvolvimento de engenharia de software, no qual é possível averiguar se a temperatura (que deve ser mantida em 270°C negativos para o devido funcionamento dos ímãs supercondutores que mantêm as partículas em órbita circular) está adequada, se a eletrônica está funcionando corretamente e se o processo está gerando muita radiação. Além disso, poderemos tornar mais fácil a busca dos dados armazenados, como se fosse um google todo dedicado a esse experimento”, explica o professor José Manoel Seixas, da Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Comprovação

A principal meta do superacelerador é encontrar a partícula de Bóson de Higgs prevista no “Modelo Padrão das Interações Fundamentais”, teoria da física que descreve as quatro forças básicas da natureza (nucleares fraca e forte, eletromagnética e gravitacional), mas que ainda não foi comprovada experimentalmente. “Uma das principais expectativas para o LHC é produzir as evidências necessárias que mostrarão o caminho para corrigir ou mesmo completar as teorias que temos hoje. Revelar a partícula de Higgs ou então provar que ela não existe. Seja qual for o resultado, será um marco importante na história de nossa busca pelo entendimento de como funciona a natureza em seus menores constituintes”, disse Arthur Maciel, do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas).

Para reconstruir a trajetória e o tempo de passagem das partículas, foram instalados quatro detectores principais no LHC. São eles: Atlas, Alice, CMS e LHCb. Cada um constitui um experimento independente com sua equipe internacional associada que vai jogar luz sobre um determinado ramo da física. Tanto o Atlas quanto o CMS captaram uma física geral, o principal objetivo de ambos é a observação do Bóson de Higgs. Já o Alice e o LHCb serão utilizados para ramos específicos – o primeiro estudará a colisão de íons pesados e o segundo, as diferenças entre matéria e antimatéria.

Todos os detectores estão instalados no entorno dos pontos onde se darão os eventos. Eles atuarão como câmeras fotográficas, registrando os resultados das colisões nos computadores para posterior análise, que vai tentar deduzir os padrões de comportamento das partículas produzidas e, a partir daí, extrair as teorias que as descrevem, qualificam e quantificam.

Engenharia brasileira

Segundo o engenheiro Rafael Nóbrega, que atua no LHCb, ele e seus colegas são responsáveis pela construção do acelerador e pelo desenvolvimento e implementação da estrutura mecânica dos detectores. No Atlas, os engenheiros da UFRJ trabalham nas partes de eletrônica e de softwares. Entre as diversas aplicações que desenvolveram, destacam-se a manutenção e a extensão de um sistema que faz a recuperação de dados e outro que faz o controle, a segurança, o rastreamento dos equipamentos e a monitoração de operação do Atlas. O grupo produziu também um circuito eletrônico composto por 2.500 placas, denominado Tilecal. Trata-se de um calorímetro (aparelho que mede a energia da partícula) montado e testado no Brasil pelas empresas Megaflex e Griffus, de São Paulo. “O circuito é um sucesso, porque as placas têm uma das taxas mais baixas de falha no detector Atlas. Mostramos que temos capacidade e condições de participar desse nicho de alta tecnologia do Cern, que tem grande valor internacional”, garante Seixas, um dos coordenadores dos brasileiros no Atlas.

A equipe da UFRJ desenvolveu ainda uma tecnologia de filtragem de dados para o detector que elimina os ruídos que possam aparecer nas colisões. De acordo com o físico da instituição, Fernando Marroquim, se todos os dados gerados fossem gravados, encheriam 100 mil CDs por segundo. “Serão guardadas somente as informações relevantes para uma nova física”, explica ele.

Prevista para operar por dez anos, a supermáquina custou US\$ 9 bilhões e só vai parar de funcionar no inverno europeu, devido ao alto custo de energia elétrica.

* Colaborou Antonio Valentin Hernandez